

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000414-73.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Stefane Natalia Cesar**
 Embargado: **Mestre Marceneiro Ltda**

STEFANE NATALIA CESAR ajuizou ação contra MESTRE MARCENEIRO LTDA, pedindo a exclusão do bloqueio judicial sobre o veículo I/BMW - 325IA, placas DAD-0303, de sua propriedade, indevidamente bloqueado no interesse do embargado em ação de execução. Requereu, ainda, a antecipação da tutela para cancelamento da restrição judicial.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

Citado, o embargado contestou o pedido, aduzindo em preliminar a ilegitimidade ativa, pois o veículo está registrado junto ao órgão de trânsito em nome de terceiro. No mérito, advogou que não há provas de que a embargante seja proprietária ou possuidora do bem.

Manifestou-se a embargante.

Em apartado, foi rejeitada a impugnação ao benefício de assistência judiciária concedida à embargante.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A discussão acerca da propriedade do veículo e o fato deste estar registrado em nome do executado relacionam-se com o mérito e com este será resolvido. Rejeito a preliminar arguida.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nos autos da ação de execução ajuizada em 21 de agosto de 2015 (nº 1008743-11.2015), decretou-se medida restritiva sobre o automóvel de propriedade da embargante, o que justificou a propositura desta ação. A medida foi anotada no órgão de trânsito em 09 de outubro de 2015, pela circunstância de que o veículo continuava registrado em nome do anterior proprietário.

O recibo de transferência juntado às fls. 11/12 comprova que em 01 de abril de 2015 o executado Guilherme Perroni Buzo vendeu o veículo à embargante. Tal documento demonstra que o bem realmente pertence à embargante, não sendo caso de reconhecer qualquer irregularidade na transação, pois as firmas apostas no recibo foram reconhecidas na mesma data, ou seja, anteriormente à propositura da ação de execução.

Além disso, nos termos da legislação civil, a propriedade de bem móvel transfere-se com a simples tradição, sendo que a ausência de transferência do registro junto ao órgão de trânsito corresponde a mera infração administrativa.

Nesse sentido,

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - EMBARGOS DE TERCEIRO - MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE - NÃO RECONHECIMENTO - AÇÃO EXECUTÓRIA PROTOCOLADA APÓS A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO. 1. O certificado de transferência do veículo com firma reconhecida em data anterior à propositura da ação executória faz presumir a boa-fé do terceiro adquirente. 2. Ademais, a transmissão da propriedade dos bens móveis se dá com a mera tradição, não sendo exigível, para a comprovação da transferência, que se efetue a transferência do registro junto ao órgão competente. 3. Recurso provido." (Agravado de Instrumento nº 2025734-65.2013.8.26.0000, 35ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Artur Marques, j. 02/12/2013).

"EMBARGOS DE TERCEIRO. Fraude à execução. Automóvel cujo prontuário, existente no CIRETRAN, foi bloqueado, em preparativo à constrição, sabendo-se depois ter sido o veículo alienado em data bem anterior. Não demonstrada a má-fé do adquirente. Inteligência da Súmula 375 do Superior Tribunal de

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Justiça. A transferência de propriedade do veículo automotor se faz por meio da tradição, não dependendo da transferência do registro junto ao órgão competente. Recurso não provido." (Apelação nº 0001216-10.2010.8.26.0466, 7ª Câmara Direito Privado, Rel. Des. Luiz Sérgio Fernandes Souza, j. 28/01/2013).

Em tese, caberia à embargante arcar com as despesas processuais e o ônus da sucumbência, pois deu causa à constrição indevida ao não transferir o veículo adquirido para o seu nome (súmula 303 do STJ). Entretanto, o embargado apresentou resistência aos embargos, pleiteando inclusive a improcedência do pedido. Ao agir dessa forma, atraiu para si o ônus da sucumbência, incidindo a regra prevista no artigo 20 do Código de Processo Civil.

"APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL, EMBARGOS DE TERCEIRO. CUSTAS, DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E DA SUCUMBÊNCIA. RESISTÊNCIA AOS EMBARGOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 303 STJ. PRECEDENTES DA CORTE SUPERIOR. RECURSO IMPROVIDO. O C. Superior Tribunal de Justiça, ao tratar dos ônus da sucumbência em sede de embargos de terceiro, orientado pelos princípios da sucumbência e da causalidade, editou a Súmula nº 303. No entanto, a aplicação do referido verbete restou mitigada naqueles casos em que o exequente enfrenta as impugnações do terceiro embargante, desafiando o próprio mérito dos embargos. Dessa forma, afigura-se inviável, no caso em tela, a aplicação da orientação sumular, porquanto a embargada contestou os termos dos embargos de terceiro, quanto ao seu próprio mérito, sendo de rigor, portanto, que a sucumbência seja arcada pela vencida da demanda." (TJSP, Apelação com Revisão nº 0198931-91.2010.8.26.0100, 31ª Câmara Direito Privado, Rel. Des. Adilson de Araújo, j. 28.06.2011).

Diante do exposto, acolho o pedido e torno insubsistente a restrição lançada sobre o veículo, determinando seu cancelamento no sistema RENAJUD, mantendo-o sob a posse da embargante.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno o embargado ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da embargante, fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de março de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA